



Informativo

APUFPR-SSIND

Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - Seção Sindical do ANDES-SN
R. Dr. Alcides Vieira Arcoverde, 1305 - Jardim das Américas - Curitiba-PR - CEP 81520-260

Edição Nº 60 | Abril de 2011

SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Filiado a *Condições*

Impresso
Especial
9912208195/2008 DR/PR
APUFPR-SSIND

...CORREIOS...



Assembleia discute carreira docente e progressão

Pág. 4 e 5



APUFPR realiza seminário sobre Saúde do Trabalhador da UFPR

Pág. 6



APUFPR realiza seminário Sociedade, Ecologia e Marxismo

Pág. 7



Grupo de aposentados da APUFPR realiza o primeiro encontro do ano

Pág. 8

Eleição para diretoria da APUFPR-SSIND ocorre no dia 03 de maio

Terminou no dia 20 de abril o prazo para inscrição das chapas que concorrerão às eleições para escolha da nova diretoria da APUFPR-SSind. Para concorrer ao pleito, composta por 12 professores foi inscrita a chapa APUFPR Autônoma e Democrática.

No dia 25 de abril, a comissão eleitoral – eleita no Conselho de Representantes do dia 16

de março – homologou a inscrição da chapa que está apta a concorrer ao pleito.

A eleição ocorrerá no dia 3 de maio de 2011 e a posse da chapa eleita será realizada no dia 13 do mesmo mês.

CALENDÁRIO ELEITORAL:

03 de março de 2011 – Data

limite de filiação à APUFPR-SSind para que os docentes adquiriam direito a participar do processo como candidato ou votante;

11 a 20 de abril de 2011 - Inscrições das chapas. Das 8h às 18h, na sede da APUFPR-SSind

03 de maio de 2011 – Eleição;

13 de maio de 2011 – Posse da nova diretoria.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

A APUFPR-SSind disponibiliza, a partir do mês de abril, atendimento psicológico aos docentes associados que estejam com problemas relacionados ao trabalho. Os atendimentos devem ser previamente agendados com os estagiários do jurídico do sindicato e os horários disponíveis são: terças-feiras, das 9h às 12h, quartas-feiras, das 14h30 às 17h30, e quintas-feiras, também das 14h30 às 17h30.

Reunião sobre as Funções Comissionadas acontece no dia 27 de abril

A APUFPR-SSind e a assessoria jurídica da entidade pedem que os professores que recebem Funções Comissionadas (FC's) compareçam na sede do sindicato, no dia 27 de abril, às

16h.

A reunião tem como objetivo debater a ausência de reajustes das FC's, que permanecem congeladas desde 2006, e os casos de revisão de aposentadoria promo-

vida pelo Tribunal de Contas da União, que determina a alteração na forma de calcular as Funções Comissionadas, com a redução dos percentuais.

As FC's são incorporadas aos

vencimentos nos termos da Portaria 474/87, do Ministério da Educação. Funções Comissionadas compreendem atividades de direção, chefia, assessoramento e coordenação.

EXPEDIENTE

Informativo **APUFPR-SSind**

Publicação quinzenal da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná | Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Diretoria - Gestão 2009/2011

Presidente: Astrid Baecker Avila

Secretário-geral: Luis Allan Künzle

1º Secretária: Carmen Lúcia Fornari Diez

Tesoureiro: João Francisco Ricardo Kastner Negrão

1º Tesoureiro: Fabiano Abranches Silva Dalto

Diretor Administrativo: Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque

Diretor Cultural: Rodrigo Rossi Horochovski

Diretor de Esporte: Walfredo Kühl Svoboda

Diretora Social: Elizabeth Garzuze da Silva Araújo

Diretor de Imprensa: Marcelo Sandin Dourado

Fale Conosco

Endereço - Rua Alcides Vieira Arcoverde, 1305, Jardim das Américas

CEP 81520-260 - Curitiba, PR - **Tel.: (41) 3078-2424**

www.apufpr.org.br

Produção

Studio Art - Comunicação Integrada | (41) 3026.0630

Equipe de Redação - Larissa Amorim, Thaíse Mendonça, Dalane Santos

imprensa@apufpr.org.br

Revisão - Fabiane Ariello DRT/PR 6485

Projeto Gráfico - Guilherme Mikami

Diagramação - Larissa Amorim e Linecker Oliveira

Tiragem - 3.700 exemplares

Distribuição gratuita e dirigida

Os textos desta publicação estão de acordo com as novas regras

APUFPR se reúne com docentes em Palotina e levanta problemas enfrentados pela categoria

A diretoria da APUFPR-SSind e a assessoria jurídica da entidade estiveram reunidas com os docentes da UFPR que atuam no campus Palotina, no dia 18 de abril, com o objetivo de levantar os problemas enfrentados pela categoria nesse local de trabalho e esclarecer dúvidas colocadas anteriormente pelos professores em relação a questões jurídicas.

Alguns docentes reclamam da sobrecarga de trabalho por estarem a pouco tempo no quadro da instituição e possuem tratamento diferenciado devido ao seu ingresso através do REUNI. A assessoria jurídica do sindicato realizou debate com cerca de 20 professores sobre assédio moral e discutiu quais serão as medidas cabíveis para os casos.

A APUFPR-SSind já produziu uma cartilha que debateu, exclusivamente, a questão do assédio moral na Universidade e diagnosticou que o problema tem crescido entre a categoria docente nos últimos anos. Para além disso, o sindicato

acompanha as denúncias feitas pela categoria afim de aprofundar o debate sobre o assédio moral e melhorar as relações de trabalho e saúde na instituição.

“Assédio moral é uma questão muito grave que precisa ser entendida e combatida. Os casos de assédio na Universidade revelam que as condições de trabalho estão precarizadas e que precisamos lutar por relações de trabalho mais saudáveis”, aponta a presidente da entidade, professora Astrid Avila.

Os professores afirmaram que não têm recebido o adicional noturno por parte da UFPR, que deveria ser pago para todos os docentes que cumprem atividades na Universidade em períodos que compreendem o horário das 22h até às 5h, com percentual de 25% sobre o valor da hora diurna.

Os docentes de Palotina também sofrem com a falta de uma unidade ambulatorial no campus. Para ter acesso ao atendimento oferecido pela Universidade e ao laudo médico, os professores precisam

viajar até Curitiba já que Palotina não possui um Centro de Atenção à Saúde (CASA).

Outro problema diagnosticado foi o fato de que os professores sob o regime de dedicação exclusiva são obrigados a permanecer durante as 40h da jornada de trabalho dentro da Universidade, o que, conforme a assessoria jurídica da entidade, representa uma ilegalidade.

Segundo Avila, todas as demandas levantadas na reunião com o sindicato serão levadas para a próxima audiência que a APUFPR-

SSind terá com a administração da Universidade. “Os problemas encontrados em Palotina são concretos e têm afetado o desenvolvimento das atividades de docência, é preciso que a Universidade tome posicionamento frente a essas demandas e que pensemos em formas de resolver esses problemas”, considera.

A assessoria jurídica está analisando os casos de não pagamento do adicional noturno e encaminhará a denúncias às instâncias competentes.

Assédio moral, saúde e doença

A APUFPR reivindica que a Universidade reconheça o problema do assédio moral. Na última audiência com o reitor, a APUFPR solicitou que seja realizado um encontro com os diretores de setor e chefes de departamento para que sejam buscadas formas coletivas de resolver o conflito.

Além disso, a entidade reivindica ainda que se verifique o nexo causal dos adoecimentos. Hoje, a UFPR não define o nexo causal, o que impede a realização de um diagnóstico

preciso e dificulta o combate aos problemas que fazem os trabalhadores adoecerem na instituição.

A APUFPR também já encaminhou ofícios à instituição solicitando que se reconheça o direito do sindicato acompanhar a equipe que realiza as perícias dos locais de trabalho. A reivindicação tem como objetivo possibilitar que a entidade questione o resultado das perícias e possa cobrar mudanças nos ambientes de trabalho considerados insalubres.

“ Assédio moral é uma questão muito grave que precisa ser entendida e combatida. Os casos de assédio na Universidade revelam que as condições de trabalho estão precarizadas e que precisamos lutar por relações de trabalho mais saudáveis” Astrid Avila

Assembleia discute carreira docente progressão funcional e delibera sobre

No dia 06 de abril, os docentes da UFPR estiveram reunidos em assembleia geral extraordinária, promovida pela APUFPR-SSind, para debater a proposta de projeto de lei sobre reestruturação da carreira docente construída pelo Andes-SN – aprovada por unanimidade no 30º Congresso do Sindicato Nacional – em contraposição ao projeto de lei elaborado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A proposta do Andes-SN foi protocolada junto ao MPOG no dia 25 de março e, para além disso, o Sindicato Nacional tem pressionado a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para que a entidade se posicione contrariamente ao projeto de Lei formulado pelo Ministério de Planejamento, a fim de que essa proposta não seja encaminhada ao Congresso Nacional.

Desde que o atual governo federal tomou posse, o projeto de lei sobre reestruturação da carreira docente proposto pelo MPOG está parado no Ministério. A última reunião sobre o tema foi realizada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

CAMPANHA SALARIAL

De acordo com o secretário geral da APUFPR-SSind, Luis Allan Künzle, é preciso empenhar esforços na discussão sobre a carreira dos docentes das instituições federais de ensino supe-

rior, que se divide em dois temas: estrutura e malha salarial. “Nós temos que nos colocar contra as reformas que retiram direitos da categoria. Temos que exigir que o governo federal cumpra os acordos firmados anteriormente e que não foram efetivados”, aponta.

Outro ponto da Campanha Salarial de 2011 trata da luta pela valorização do salário base e da incorporação das gratificações. Segundo Künzle, a luta da categoria docente deve ser direcionada para que se tenha uma linha única no contracheque.

A manifestação realizada pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESEF), no dia 13 de abril, junto ao MPOG, em Brasília, deu início ao calendário de mobilizações da Campanha Salarial de 2011. “Trata-se de um desafio mobilizar a categoria, mas atuaremos em três níveis, com a pauta unificada de todos os servidores públicos, com uma pauta exclusiva da categoria docente e a nossa pauta local junto a Reitoria da UFPR”, afirma Künzle.

JURÍDICO

A assessoria jurídica da APUFPR-SSind esteve presente na assembleia para informar aos associados o andamento de algumas ações do interesse da categoria e consultar os docentes sobre a necessidade de entrar com mais ações na Justiça a fim de defender os direitos dos docentes.

Em 2006, de acordo com a lei nº 11.344/2006, houve uma rees-



truturação da carreira do Magistério Superior e foi criada a classe de professor associado, com quatro níveis. A APUFPR possui uma ação coletiva para que os aposentados da classe adjunto, nível 4, sejam reenquadrados na classe de docente associado. O pedido foi negado pelo Juiz de primeiro grau e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (em Porto Alegre), especialmente por entender que os docentes não têm o direito adquirido ao regime jurídico. Entretanto, a assessoria jurídica entrará com recurso.

A assembleia aprovou por unanimidade que a APUFPR-SSind encaminhe uma ação coletiva para que os docentes em atividade que se encontravam na classe adjunto nível 4 possam ser reenquadrados na classe de professor associado e nos níveis correspondentes ao tempo em que eles permaneceram na classe de adjunto.

Segundo a assessoria jurídica da APUFPR, a Lei permite que os docentes que estivessem lotados no último nível da classe de professor adjunto por, pelo menos, dois anos e possuam título de Doutor ou Livre-Docente - desde que aprovados em avaliação de desempenho - sejam transpostos para a classe de associado.

“Entretanto, a forma como isso foi realizado na UFPR desconsidera o tempo de serviço e exercício efetivo já prestado na função dos professores adjuntos, nível 4, pois criou restrição ilegal ao determinar que todo e qualquer enquadramento da classe de associado ocorra no nível 1, apenas. Assim, um professor que está no nível 4 da classe adjunto há dez anos e outro que está há somente dois anos progredirão para o mesmo nível 1 da nova classe de professor associado”, declara a advogada Daniela Volkart Mainardi

e

questões jurídicas

Para ela, trata-se de uma clara violação ao princípio da isonomia, ao direito adquirido por seu tempo de serviço e ao que determina a Lei nº 11.344/2006.

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

A ação movida pela APUFPR em relação à alteração da jornada de trabalho para dedicação exclusiva foi julgada e a sentença determinou que a UFPR tem que responder os requerimentos dos docentes em até 30 dias.

Entretanto, a Universidade não cumpriu com a determinação e não respondeu a todos os professores interessados na questão. A assessoria jurídica da APUFPR vai informar ao juiz que a Universidade não cumpriu a decisão integralmente a fim de forçar uma resposta por parte da instituição.

Segundo a presidente da APUFPR-SSind Astrid Avila, o que acontece hoje na Universidade é que o professor que entrou com o regime de 20h ou 40h acaba se indispondo com o seu departamento para conseguir a mudança de regime. “O que foi decidido em audiên-

cia com a administração da UFPR é que nós vamos propor uma nova resolução para que alguns pontos do banco de professor equivalente fiquem a disposição, para que seja possível pensar a mudança de regime. Porque com a criação do banco de professor equivalente a outro e nós sabemos que a discussão é mais profunda do que essa”, coloca.

A APUFPR-SSind tem se reunido mensalmente com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas com o objetivo de construir uma proposta para ser apresentada no Conselho Universitário (Coun) da UFPR.

HONORÁRIOS

A assembleia deliberou que os docentes não associados à entidade deverão pagar uma sobretaxa em relação aos honorários dos processos jurídicos, por considerar que em ações coletivas todos são beneficiados e apenas os docentes sindicalizados contribuem mensalmente com a entidade. Para que o docente pague o valor de 11% – valor pago, atualmente, por todos – no momento em que sair o

resultado de uma ação coletiva, ele deve estar filiado há pelo menos um ano ao sindicato, caso contrário, ele pagará o valor de 21%, determinado a partir de então para todos o docentes não associados.

Até então, não havia diferença entre docentes associados e não associados na cobrança dos honorários advocatícios mantidos pela entidade e, por se tratarem de ações coletivas, tanto sindicalizados como não sindicalizados eram beneficiados igualmente com os resultados. Desses 11% pagos pelos docentes, 1% é destinado à Associação e 10% vai para a assessoria jurídica. Após receber reclamações por parte de alguns professores sindicalizados sobre essa questão, a APUFPR decidiu levar a pauta para assembleia geral extraordinária da categoria.

PROGRESSÃO FUNCIONAL

Os professores presentes na assembleia definiram um grupo de trabalho que deverá estudar formas de melhorar o formato de progressão funcional existente na Universidade e subsidiar a discussão da comissão definida no Coun, que tem avaliado a questão da progressão funcional a fim de rever a resolução interna da instituição.

Muitos docentes enfrentam problemas em alcançar a progressão funcional na carreira. As dificuldades são inúmeras. O formulário que tem que ser preenchido pelos docentes que atingiram os

critérios para a progressão é extenso e as atividades de extensão e sindicais recebem pontuação baixa, mesmo exigindo um esforço muito grande dos docentes para realizá-las.

Para a APUFPR-SSind, o mecanismo utilizado para fazer a progressão funcional na Universidade precisa ser revisto tanto nos quesitos práticos, como a questão do formulário, quanto no que diz respeito à atividade docente, que engloba ensino, pesquisa e extensão. “As atividades de graduação e pesquisa recebem pontuação alta e os projetos de extensão ganham apenas um ponto e isso precisa ser revisto, já que todos sabem o quanto é difícil desenvolver esses projetos na Universidade. Essa questão já foi levantada na nossa pauta local junto a Reitoria e estamos mobilizados para que algo seja feito a respeito do assunto”, coloca Künzle.

O secretário geral da APUFPR-SSind acredita que o processo precisa ser automatizado, como já acontece em outras universidades federais. Inúmeros docentes chegam a esperar mais de seis meses até conseguirem a progressão. “A Comissão Permanente de Pessoal Docente tem demorado muito para analisar os requerimentos e, em alguns casos, como a mudança de professor adjunto nível 4 para professor associado, essa progressão representa uma diferença salarial de mais de R\$2.000,00”.



APUFPR pauta assédio moral em seminário sobre Saúde do Trabalhador da UFPR

A diretoria da APUFPR-SSind e os professores que compõem o Grupo de Trabalho de Seguridade Social (GTSS) do sindicato participaram, no dia 29 de março, do seminário *Saúde do Trabalhador da UFPR: A questão da insalubridade*. A atividade, que reuniu cerca de 200 pessoas, foi organizada pelas três entidades que compõem o Fórum de Saúde do Trabalhador da Universidade: APUFPR-SSind, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público (Sinditest) e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe).

Durante o encontro, a APUFPR-SSind pautou os problemas que afligem o cotidiano dos docentes na Universidade. Segundo o secretário geral da entidade, Luis Allan Künzle, a APUFPR tem constatado um número crescente de adoecimentos físicos e psicológicos na instituição a partir do aumento do contingente de professores que procuram o sindicato com problemas de saúde relacionados ao trabalho.

Segundo a presidente da APUFPR-SSind, Astrid Avila, diante desse cenário, a diretoria da entidade tem atuado em dois sentidos complementares. Em nível interno, procurou estruturar o sindicato para atender os professores adoentados de forma integral.

“Quando o docente decide procurar o sindicato ele já está muito desgastado, fragilizado. Contratamos duas psicólogas do trabalho para nos ajudarem nessa acolhida ao professor e estamos encaminhando o acompanhamento por meio de uma equipe que inclui as psicólogas, o departamento jurídico e a direto-

ria da APUFPR”, explica.

Já a nível externo, a APUFPR-SSind tem lutado para que os ambientes de trabalho que causam adoecimentos sejam modificados, privilegiando a saúde dos docentes.

“Readequamos nossa estrutura para atender os professores adoecidos, mas com a compreensão de que o foco central da atuação do sindicato não pode ser a resolução dos problemas individuais. O centro deve ser a análise das condições de trabalho que a Universidade oferece para atacar as causas da série de problemas que afetam os professores, antes que eles adoecem”, completa Künzle.

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

A programação do seminário contemplou a realização de dois debates e uma plenária final. No período da manhã, foram abordados os fundamentos teóricos que norteiam uma prática transformada em saúde do trabalhador. Durante a tarde, os participantes analisaram a questão da insalubridade e os impactos da Orientação Normativa nº 02, editada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

Ao final, foi realizada uma plenária para aprovar encaminhamentos que dessem consequência prática às discussões realizadas no evento. Entre os encaminhamentos aprovados está a produção de uma moção ao Conselho Universitário, solicitando que a instância se posicione pela revogação da Orientação Normativa nº 2.

A plenária aprovou a criação de

uma comissão tripartite para acompanhar os problemas de saúde e definir um plano de metas para redução do número de adoecimentos na instituição. Também encaminhou a produção de um jornal que relate as discussões do seminário e de um informativo especial sobre o mandado de injunção que garante contagem especial de tempo de serviço para quem trabalhou em condições insalubres.

AValiação DOS PARTICIPANTES

Para o professor do curso de agronomia da UFPR Mario Niewegowski Filho, as discussões realizadas no seminário contribuíram para qualificar a compressão da comunidade universitária da UFPR sobre as condições de trabalho na instituição.

“O evento foi extremamente positivo porque tratou de assunto que é de extremo interesse de quem faz parte da universidade que é a ques-

tão da saúde. O foco do evento foi a nossa realidade e foi fundamental para dar respostas ao nosso dia-a-dia”.

Na avaliação do professor do Departamento de Saúde Comunitária Rogério Gomes, a realização do seminário foi importante, pois qualificou os instrumentos de intervenção no tema de saúde do trabalhador a partir da discussão dos fundamentos teóricos e de relatos concretos vividos na instituição.

“Embora o evento tenha contado com uma participação significativa, precisamos expandir essa discussão na Universidade e fazer com que os problemas que aviltam as condições de trabalho se tornem uma pauta de discussão cotidiana nos diversos locais da UFPR. Só ao transformarmos esse problema em uma questão coletiva, de fundo político, poderemos pressionar a administração e construir formas mais humanas e mais saudáveis de trabalho na Universidade”.



APUFPR realiza debate sobre ecologia com pesquisador norte-americano



A Associação dos Professores da UFPR realizou, no último dia 13 de abril, o seminário *Sociedade, Ecologia e Marxismo - Um projeto para a emancipação*. Cerca de 150 pessoas – entre docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos da Universidade e membros da comunidade externa – participaram do evento para saber mais sobre os estudos do professor norte-americano John Bellamy Foster, principal palestrante do seminário.

Foster é professor de sociologia da Universidade de Oregon, nos Estados Unidos, estuda a relação entre o homem e a natureza e é a principal referência internacional sobre o estudo da ecologia no campo marxista. É autor de diversos livros sobre o tema, como “A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza”; “A revolução ecológica: Fazendo as pazes com o Planeta” e

“Ecologia contra o Capitalismo”.

Em seus estudos, Foster procura provar que, ao contrário do que supostamente se pensa sobre a obra do fundador do materialismo histórico-dialético, Karl Marx foi um autor extremamente preocupado com a relação entre o homem e a natureza. Marx teria sido um defensor de que é preciso superar o modo de produção capitalista para que essa relação entre homem e natureza seja feita de modo racional, respeitando-se os limites dos recursos naturais.

“A única maneira de lidar com o problema por inteiro é examinar as raízes, lidar com a sociedade capitalista em si. Eu defendo a ideia de um ‘proletariado ambiental’, em que as lutas da classe trabalhadora vão se misturar com as lutas ecológicas, como já acontece em vários lugares do mundo”, argumenta Foster.

Para o pesquisador, a forma como hoje é organizada a produção dos bens necessários a vida é origem dos grandes problemas ambientais, como aquecimento global, mudanças climáticas e extinção de espécies. O trabalho – entendido pela tradição marxista como a atividade pela qual o homem transforma a natureza para obter dela os produtos necessários para sua sobrevivência – quando submetido à produção privada de mercadorias separa o homem de seu metabolismo com a natureza e subordina sua exploração a lógica do lucro.

“Uma revolução ecológica vai passar por uma revolução sociológica. Nós não podemos ser ‘verdes’ se nós não formos ‘vermelhos’ e não podemos ser ‘vermelhos’ sem sermos ‘verdes’. Não podemos ter nenhuma visão do socialismo que não tenha a ver com sustentabilidade e igualdade”, defende.

O EVENTO

Além da presença do conferencista John Bellamy Foster, o seminário contou também com a participação do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Mario Duayer. O docente contextualizou e debateu de forma crítica as contribuições de Foster para os estudos sobre ecologia e marxismo.

Ao final do evento, a presidente da APUFPR-SSind, Astrid Avila, destacou o compromisso da entidade em realizar debates que abordem o papel da universidade e da categoria docente na

sociedade.

“Entendemos que o nosso papel enquanto sindicato é fomentar o debate com a perspectiva de construir possibilidades de transformação social. Acreditamos que tratar de um tema como ecologia nos recoloca com muita clareza os limites da sociabilidade em que vivemos e situa que a nossa luta não é pela superação do trabalho, mas por outra condição social em que o trabalho não sirva para retirar a vida e não ameace a existência do planeta”, pontua.

Para a diretoria da APUFPR, a realização do seminário foi bem sucedida, pois conseguiu reunir um número significativo de pessoas para debater o tema com qualidade e detalhamento necessários. “O evento foi de grande sucesso, tivemos uma participação bastante expressiva e o nível da discussão também foi bem qualificado. O próprio Foster expressou que se surpreendeu com o nível sofisticado das perguntas feitas pela plateia. Avalio que, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo, nós tivemos um evento de grande sucesso”, completa o primeiro tesoureiro da APUFPR-SSind, professor Fabiano Dalto.

O seminário sobre *Sociedade, Ecologia e Marxismo* contou ainda com o apoio dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Políticas Públicas, do Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT) e dos Programas de Educação Tutorial (PETs) de Economia, Educação Física e Informática.

Aposentados avaliam Congresso do Andes e prestigiam cultura chinesa durante encontro mensal

Durante o encontro dos aposentados do mês de março, os docentes fizeram uma avaliação do 30º Congresso Nacional do Andes-SN, que ocorreu em fevereiro, em Uberlândia (MG). O Congresso levantou problemas referentes à política nacional para educação, que não prioriza a estrutura física e recursos humanos das universidades públicas e retira direitos dos aposentados ano após ano.

Os presentes também discutiram o funcionamento do encontro dos aposentados da APUFPR-SSind ao longo do ano de 2011. A atividade ficou marcada para a última terça-feira do mês, salvo os meses de julho e dezembro.

As datas e locais para a realização do Bazar Itinerante também foram discutidos durante o encontro. A proposta é fazer com que o Bazar de Talentos e Habilidades dos Professores Aposentados, realizado já por duas edições na sede da APUFPR-SSind, seja levado aos diversos setores da Universidade, aproximando a produção cultural dos aposentados do conjunto dos professores da instituição.

A reunião dos aposentados foi encerrada com a tradicional apresentação artístico-cultural. No mês de março, os docentes puderam apreciar a exposição da arte marcial *Tai Chi Chuan*, originária da cultura chinesa.



Professores devem entregar declaração do pagamento do plano de saúde na Progepe até 29 de abril

Docentes e técnico-administrativos ativos e aposentados devem encaminhar a declaração do pagamento do plano de saúde, referente ao ano de 2010, à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) da UFPR até o dia 29 de abril. A medida é necessária para que os servidores continuem recebendo o auxílio *per capita*. A declaração deve especificar o nome e valor, mês a mês, pago pelo titular do plano para si e para cada um de seus dependentes.

No dia 1º de abril, a APUFPR-SSind enviou a declaração do pagamento do plano de saúde para a casa dos docentes associados, para que estes possam tomar as medidas cabíveis junto a Progepe em relação ao *per capita*.

O documento deve ser encaminhado, através do Sistema de Informações para o Ensino (SIE) ou pessoalmente na Central de Atendimento, que está localizada no andar térreo da Progepe, para que seja anexado ao processo de solicitação do *per capita* do

titular do plano de saúde.

De acordo com a Progepe, a não entrega da documentação até o dia 29 de abril implicará na suspensão do pagamento do benefício. Segundo a Pró-reitoria, essa exigência é determinada pela Portaria nº5, parágrafo 12, do Ministério do Planejamento (DOU 13/10/2010), que diz em seu artigo único que os dados e documentos relativos à prestação de contas deverão estar à disposição da Secretaria de Recursos Humanos e dos órgãos do

controle interno das instituições. No caso de auditoria, a Progepe deve apresentar os documentos que comprovam que os beneficiários do *per capita* fazem jus ao auxílio, já que estão com o pagamento das mensalidades em dia.

Professores da ativa e aposentados que tiveram o pagamento do *per capita* suspenso por irregularidades na documentação devem, assim que providenciarem os documentos, solicitar novamente o auxílio saúde na Progepe.